



MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO: UMA CRÍTICA AO MITO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Weden Almeida Vaz¹; Carlos Daniel Chaves Mourão²; Antonio Deison da Silva Mendonça³; Anderson Lima de Oliveira⁴; Miron Menezes Coutinho⁵; Jéssica Milanez Tosin Lima⁶; Caio Lima Silva⁷; Andressa Sousa Alves⁸; Dayane Lucia Santana Barbosa⁹; Wilson de Andrade Freitas¹⁰; José Aécio Vieira Damaceno¹¹; Arthur Monteiro da Silva¹².



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p129-149>

Artigo recebido em 12 de Novembro e publicado em 12 de Janeiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A meritocracia, frequentemente apresentada como princípio de justiça e de igualdade de oportunidades no acesso e na permanência escolar, tende a desconsiderar, no entanto, as desigualdades que atravessam o sistema educacional brasileiro, contribuindo para a naturalização do fracasso escolar e para a responsabilização individual dos sujeitos. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente o discurso da meritocracia na educação brasileira, problematizando o mito da igualdade de oportunidades à luz das desigualdades sociais, econômicas e culturais. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada em autores como Bourdieu e Passeron (1982), Dubet (2004) e Sandel (2022). A análise centra-se na articulação entre meritocracia, políticas educacionais e processos de avaliação, buscando compreender seus impactos sobre a organização escolar e a produção das desigualdades educacionais. Os resultados indicam que a meritocracia, ao operar como

¹ Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação: Ensino de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. walmeidavaz@yahoo.com.br.

² Licenciado em Matemática. carlosdaniel.math@gmail.com.

³ Mestre em Ensino de Biologia (PROFBIO). antoniomendonca.professor@gmail.com.

⁴ Especialista em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho. anderson.lioliveira@ifac.edu.br.

⁵ Especialista em Ensino de Matemática. mironcoutinho2019@gmail.com.

⁶ Mestra em Agronomia. jessica.mtosin@hotmail.com.

⁷ Bacharel em Administração. caio07limasilva@gmail.com.

⁸ Especialista em Metodologias do ensino da Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica. aanndressasousa2@gmail.com.

⁹ Especialista em Gestão e Supervisão Escolar com Habilitação em Docência do Ensino Superior. dayluci88@gmail.com.

¹⁰ Psicanalista, Licenciado em Pedagogia. wilsonteologo77@gmail.com.

¹¹ Mestre em Física. aecio63@yahoo.com.br.

¹² Doutorando em Educação e Ensino. arthurm.silva@uece.br.



discurso legitimador, tende a reforçar a reprodução das desigualdades ao ignorar as condições objetivas de escolarização dos estudantes, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso educacional. Constata-se, ainda, que tal lógica se alinha a perspectivas neoliberais de gestão da educação, marcadas pela performatividade, pela competitividade e pela culpabilização dos sujeitos. Nas considerações finais, defende-se a necessidade de superar a lógica meritocrática como princípio orientador das políticas e práticas educacionais, propondo-se uma abordagem comprometida com a justiça social, a equidade e a igualdade de condições, de modo a reconhecer e enfrentar as desigualdades históricas presentes na educação brasileira.

Palavras-chave: Meritocracia; Educação brasileira; Desigualdades educacionais; Justiça social; Políticas educacionais.

MERITOCRACY IN EDUCATION: A CRITIQUE OF THE MYTH OF EQUAL OPPORTUNITIES

ABSTRACT

Meritocracy, often presented as a principle of justice and equal opportunities in access to and retention in school, tends to disregard, however, the inequalities that permeate the Brazilian educational system, contributing to the naturalization of school failure and the individual responsibility of individuals. In this context, this article aims to critically analyze the discourse of meritocracy in Brazilian education, problematizing the myth of equal opportunities in light of social, economic, and cultural inequalities. The methodology adopted consists of qualitative research, of a bibliographic and analytical nature, based on authors such as Bourdieu and Passeron (1982), Dubet (2004), and Sandel (2022). The analysis focuses on the articulation between meritocracy, educational policies, and evaluation processes, seeking to understand their impacts on school organization and the production of educational inequalities. The results indicate that meritocracy, by operating as a legitimizing discourse, tends to reinforce the reproduction of inequalities by ignoring the objective conditions of students' schooling, shifting the responsibility for educational success or failure to the individual. It is also observed that this logic aligns with neoliberal perspectives on education management, marked by performativity, competitiveness, and the blaming of individuals. In the final considerations, the need to overcome meritocratic logic as a guiding principle of educational policies and practices is defended, proposing an approach committed to social justice, equity, and equal opportunities, in order to recognize and confront the historical inequalities present in Brazilian education.

Keywords: Meritocracy; Brazilian education; Educational inequalities; Social justice; Educational policies.



Instituição afiliada –

1 - Centro Universitário de Ensino Superior Franciscano (UNIESF); 2 – Instituto Federal do Ceará (IFCE); 3 - Universidade Estadual do Ceará (UECE); 4 - Universidade Federal do Piauí (UFPI); 5 - Universidade Estadual do Ceará (UECE); 6 - Universidade Federal de Roraima (UFRR); 7 - Universidade Estadual do Ceará (UECE); 8 - Unopar Anhanguera; 9 - Faculdade Superior de Ensino Programus (ISEPRO); 10 - Faculdade do Estado de São Paulo (ESP); 11 - Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA); 12 - Universidade Estadual do Ceará (UECE).

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A ideia de meritocracia ocupa, já há algum tempo, lugar de destaque nas discussões educacionais, sendo frequentemente apresentada como princípio orientador das políticas públicas, dos processos avaliativos e das trajetórias escolares. Valle e Ruschel (2010) assinalam que a ideia de meritocracia no âmbito da educação brasileira remonta à Constituição Federal de 1934, reaparecendo, de modo explícito ou sob denominações semelhantes, nos textos constitucionais de 1937, 1946, 1967 e 1988.

Tal recorrência indica a permanência dessa perspectiva nas políticas educacionais desde a consolidação de um sistema nacional de educação. As autoras ressaltam, ainda, que a Constituição de 1988, elaborada em um período de intensas mobilizações democráticas, incorporou avanços relevantes no que se refere à ampliação do acesso e das oportunidades educacionais (Valle; Ruschel, 2010).

Sustentada pela noção de que o esforço individual e o talento são os principais determinantes do sucesso, a meritocracia tende a naturalizar os resultados educacionais, atribuindo conquistas e fracassos exclusivamente aos sujeitos.

Nesse contexto, a escola passa a ser concebida como um espaço neutro, no qual todos teriam acesso às mesmas oportunidades e condições para aprender, competir e ascender socialmente. Assim, o desempenho acadêmico e a inserção profissional tendem a ser compreendidos como conquistas estritamente individuais, o que acaba por desconsiderar os condicionantes sociais e estruturais que influenciam tais trajetórias, sobretudo no caso dos estudantes da escola pública (Fávero; Oliveira; Faria, 2022).

Em outras palavras, essa narrativa subestima as profundas desigualdades sociais, econômicas, culturais e territoriais que existem nos sistemas educacionais, especialmente em países marcados por histórica concentração de renda e exclusão social, como o Brasil. As condições de vida dos estudantes, como acesso a bens culturais, infraestrutura escolar, capital simbólico das famílias, políticas de permanência e valorização docente, exercem influência direta sobre os percursos escolares, tensionando a ideia de igualdade de oportunidades propagada pelo discurso meritocrático.



Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar a meritocracia enquanto mito que sustenta a falsa premissa da igualdade de oportunidades na educação. Assim, este artigo tem como objetivo analisar criticamente o discurso meritocrático no campo educacional, discutindo seus fundamentos, limites e implicações para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento das diferenças.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, cujo objetivo consiste em analisar criticamente o discurso meritocrático no campo educacional, problematizando o mito da igualdade de oportunidades e suas implicações para a justiça social e a equidade na educação. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os sentidos, significados e contradições que atravessam o discurso meritocrático, considerando-o como uma construção histórica, social e ideológica (Bogdan; Biklen, 1994).

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, conforme delineada por Lakatos e Marconi (2001), a qual se caracteriza pelo levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relevantes sobre o tema. Foram selecionados livros, artigos científicos e ensaios teóricos que abordam a meritocracia, as desigualdades educacionais, as políticas educacionais e os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a escola.

A escolha das obras priorizou autores e autoras que desenvolvem análises críticas no campo da Sociologia da Educação e das Políticas Educacionais, tais como Michael Young, Pierre Bourdieu, François Dubet, Michael Sandel, entre outros, cujas contribuições permitem compreender a meritocracia para além de uma noção normativa, situando-a no interior das relações sociais capitalistas.

A análise do material bibliográfico foi orientada pelos pressupostos da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), adotada como estratégia para a interpretação dos textos teóricos. Esse procedimento possibilitou a identificação de



categorias analíticas recorrentes, tais como mérito, igualdade de oportunidades, responsabilização individual, desigualdades estruturais, avaliação educacional e racionalidade neoliberal. A construção dessas categorias ocorreu de forma indutiva e dialógica, a partir do confronto entre os aportes teóricos e os objetivos da pesquisa, permitindo apreender as regularidades, tensões e contradições presentes no discurso meritocrático no campo educacional.

Cabe destacar que, embora se trate de uma pesquisa de caráter teórico, a análise não se dissocia da realidade concreta da escola e das experiências educacionais vivenciadas no cotidiano. A leitura crítica do referencial teórico foi orientada pela compreensão de que os discursos analisados produzem efeitos reais sobre as práticas pedagógicas, as políticas educacionais e as subjetividades de estudantes e docentes. Nesse sentido, a posição do pesquisador não é de neutralidade, mas de comprometimento ético e político com uma educação orientada pelos princípios da justiça social, da equidade e do reconhecimento das diferenças.

Por fim, ressalta-se que esta metodologia possibilita não apenas a problematização conceitual da meritocracia, mas também a construção de reflexões que contribuam para o debate educacional contemporâneo, ao evidenciar os limites do discurso meritocrático e apontar para a necessidade de práticas e políticas educacionais que enfrentem as desigualdades estruturais que marcam o campo da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

MERITOCRACIA: ORIGENS, SENTIDOS E APROPRIAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

“O significado do termo meritocracia é complexo, mas sua origem semântica é atribuída ao sociólogo inglês Michael Young, em seu ensaio distópico *The Rise of the Meritocracy*, publicado em 1958” (Mazza; Mari, 2021, p. 3).

Figura 1: Michael Young (1915-2002).



Fonte: <https://comunidadeculturaearte.com/michael-young-o-sociologo-que-definiu-a-meritocracia-como-uma-distopia/>.

Mazza e Mari (2021) explicam que a narrativa distópica de Young é ambientada em 2033 e reconstrói o processo histórico pelo qual a Grã-Bretanha teria adotado o mérito como princípio central de organização social. A partir de critérios baseados na combinação entre inteligência mensurada e esforço individual, o sistema passa a definir, desde o nascimento, as trajetórias educacionais, profissionais e políticas dos indivíduos, produzindo uma forma de estratificação social tão excludente quanto os modelos aristocráticos anteriores. A obra evidencia, por fim, que a extrema eficiência desse arranjo meritocrático culmina em uma revolta social, revelando as contradições e os limites de um sistema que legitima desigualdades sob o discurso da igualdade.

Embasando-se em Barbosa (2006)¹³, Mazza e Mari (2021) destacam que a meritocracia é frequentemente associada à modernidade europeia, período em que se intensificaram as críticas aos privilégios hereditários da nobreza, embora práticas baseadas no mérito já pudessem ser identificadas em contextos anteriores, como na China antiga. Apesar das aproximações entre aristocracia e meritocracia, ambas defendem que os mais capazes ocupem posições de prestígio, elas se diferenciam pelo critério de legitimação: o nascimento, no primeiro caso, e a combinação entre habilidades e esforço individual, no segundo.

No contexto do pensamento moderno e do liberalismo, consolida-se a ideia de

¹³ BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



igualdade intelectual entre os indivíduos, favorecendo o surgimento de uma ideologia meritocrática, ainda que esta não se tornasse imediatamente o princípio organizador da sociedade. A adoção pontual de critérios de mérito não configura, por si só, uma ideologia meritocrática, a qual se estabelece apenas quando o mérito passa a estruturar o conjunto das relações sociais. A meritocracia pode ser compreendida tanto como negação de privilégios quanto como afirmação do merecimento individual, sendo esta última interpretação responsável por legitimar desigualdades sociais, frequentemente naturalizadas e pouco problematizadas (Barbosa, 2006 *apud* Mazza; Mari, 2021).

Parte-se do pressuposto de que a meritocracia também opera de forma excludente em relação àqueles e àquelas que, em consonância com políticas neoliberais centradas no individualismo, reforçam práticas discriminatórias e a reprodução das desigualdades, ao mesmo tempo em que deslegitimam iniciativas que buscam enfrentar as colonialidades do poder, do ser e do saber, bem como as hierarquizações sociais, raciais e de gênero. A ideologia meritocrática reconhece e legitima apenas os esforços dos sujeitos que obtêm sucesso, atribuindo à classe trabalhadora e às populações empobrecidas a responsabilidade exclusiva por seus fracassos. Nessa lógica, os grupos excluídos do mercado capitalista passam a ser responsabilizados e penalizados por não se adequarem às dinâmicas de competição e recompensa impostas por esse sistema (Adams; Moretti, 2025).

Sandel (2022) argumenta que o êxito alcançado pelos indivíduos situados no topo da hierarquia social não pode ser explicado apenas pelo esforço pessoal, uma vez que depende de apoios prévios e de condições desiguais de partida. O autor também ressalta que a valorização social de determinadas profissões resulta de fatores externos às aptidões individuais, contribuindo para hierarquizações arbitrárias.

Nesse contexto, a crença no mérito individual favorece atitudes de autossuficiência e indiferença, enfraquece a solidariedade e o compromisso com o bem comum, além de reforçar a reprodução de privilégios, produzindo vencedores arrogantes e perdedores marcados pela humilhação e pelo ressentimento (Sandel, 2022).

Assim, Young (1958), ampliando a discussão, compreende a meritocracia como um princípio social e educacional que busca assegurar igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar, legitimando a distribuição de recompensas nas sociedades



democráticas, ainda que tenda a ocultar e reforçar desigualdades sociais.

Nessa mesma linha, Bourdieu e Passeron (1982) indicam que a meritocracia organiza a educação e o mercado de trabalho ao atribuir posições com base em diplomas, sustentando a ideia de que o sucesso decorre apenas do esforço individual e, assim, legitimando as desigualdades.

Para Dubet (2004), a igualdade de oportunidades fundamenta o discurso meritocrático, e a escola se aproxima de um ideal de justiça quando garante a todos os estudantes participação em processos competitivos em condições formais de igualdade, como se isso fosse suficiente, independentemente de sua origem social.

Assim,

Na ideologia da meritocracia, as pessoas devem ser capazes de valorizar seus talentos independentemente das circunstâncias em que tenham nascido, sem considerar as vantagens resultantes de seus privilégios. No entanto, faz-se necessário superar a visão de que as pessoas alcançam o sucesso por conta própria nesse tipo de sociedade, pois, ao contrário do que tal ideologia apregoa, ninguém chega ao topo social apenas por esforço próprio. Um “ótimo” desempenho na sociedade competitiva sempre é resultante de um conjunto de fatores, dentre os quais muitos são alheios aos desejos dos indivíduos. Mesmo em uma sociedade com menos desigualdade – cuja mobilidade e reconhecimento social não sejam baseados em privilégios –, a meritocracia não dá garantias de que as desigualdades sejam superadas, tampouco as formas de exploração, dominação e opressão. Ao contrário, em se tratando de sociedades extremamente desiguais, como a brasileira e as latino-americanas, a meritocracia justifica, legitima e conserva as desigualdades sociais, além de precarizar e/ou deteriorar as relações dignas no mundo do trabalho (Adams; Moretti, 2025, p. 16).

Desse modo, embora a meritocracia pressuponha, em sua formulação ideal, a valorização das capacidades individuais independentemente da origem social, étnica ou de quaisquer outras condições, sua materialização no contexto do capitalismo contemporâneo distancia-se desse princípio. Longe de promover justiça social, o discurso meritocrático opera como um mecanismo ideológico que contribui para a manutenção das relações de dominação, favorecendo as classes hegemônicas e legitimando as desigualdades existentes (Soares; Baczinski, 2018).

À luz desse debate, Marchi e Rufato (2025) apontam, focando na educação, que a incorporação da lógica meritocrática, articulada aos pressupostos do capitalismo no campo educacional, favorece processos de alienação tanto no ensino quanto na aprendizagem. Tal dinâmica contribui para a formação de uma consciência distorcida da realidade, dificultando uma compreensão crítica das condições sociais que atravessam



a educação.

Marchi e Rufato (2025) concluem que a educação orientada pela lógica capitalista e pelos princípios meritocráticos carece de sustentação teórica para promover práticas pedagógicas voltadas à humanização dos sujeitos. Para os autores, a formação humana pressupõe uma atividade transformadora, por meio da qual o indivíduo modifica a realidade e, nesse processo, transforma a si próprio. Nessa perspectiva, defendem que os efeitos da meritocracia na gestão escolar precisam ser examinados de forma crítica, especialmente no que diz respeito à incorporação de lógicas de mercado no interior da escola. A vinculação de recompensas ao alcance de metas é problematizada, uma vez que pode não resultar em melhoria da qualidade educacional, mas sim no fortalecimento de hierarquias e da padronização do ensino, distanciando-se de uma educação comprometida com a formação crítica dos estudantes.

Portanto, as vivências escolares não ocorrem de forma isolada, mas se constituem em estreita relação com fatores econômicos, políticos, étnicos e sociais, os quais devem ser considerados nas análises e pesquisas educacionais. Nesse sentido, reduzir o sucesso ou o fracasso escolar à responsabilidade exclusiva do estudante, a partir de uma leitura individualista baseada no esforço pessoal, como propõe o discurso meritocrático presente na legislação educacional, implica desconsiderar o sujeito em sua dimensão relacional e as condições objetivas que orientam suas trajetórias. Tal perspectiva não invalida a importância dos aspectos subjetivos nem do empenho individual, mas enfatiza a necessidade de compreender a complexidade dos contextos que influenciam os percursos escolares (Santos, 2023).

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E O MITO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO

Como bem posto por Fávero, Oliveira e Faria (2022, p. 3):

Constantemente, a ideia de meritocracia é associada ao desempenho individual, e são utilizados exemplos de pessoas que tiveram sucesso profissional ou ascenderam financeiramente por mérito próprio. Essa ideia tem se difundido em diversas narrativas na sociedade, contexto em que é valorizado cada vez mais o critério da meritocracia como meio de “justiça”. Na educação, a ideia de meritocracia passa a ser igualmente um critério de desempenho escolar, de modo que o sucesso educacional e profissional de



alunos que tiveram acesso privilegiado à educação de qualidade torna-se regra, e desconsideram-se certas contingências que reforçam a desigualdade. O fato é que certos alunos que possuem acesso precário à educação, quando alcançam sucesso, representam uma exceção. Essa ideia reforça a noção de que, para alcançar o sucesso, deve-se “fazer por merecer”, quando na realidade as oportunidades são distintas entre os alunos, principalmente na rede pública, em que, mesmo com todos os seus esforços, os alunos são limitados por suas condições de vida desiguais.

Desse modo, a ampliação do acesso escolar, por si só, não assegura a oferta de um ensino de qualidade, uma vez que a aprendizagem e a permanência dos estudantes são fortemente condicionadas por fatores extraescolares, como o contexto social e cultural, o apoio familiar e o acesso a condições básicas de vida, como alimentos e roupas (Fávero; Oliveira; Faria, 2022). Nessa perspectiva, Dubet (2004) ressalta que o desempenho escolar tende a refletir a origem social dos alunos, de modo que aqueles provenientes de meios mais favorecidos possuem maiores chances de sucesso educacional.

A adoção de princípios meritocráticos nos sistemas educacionais produz uma aparência de igualdade de acesso, ao sugerir que todos os estudantes concorrem sob as mesmas regras. Contudo, conforme analisa Dubet (2004), essa lógica não se torna mais justa no sentido de reduzir as desigualdades nos resultados individuais, mas apenas no plano formal, ao possibilitar que os alunos disputem as oportunidades em condições aparentemente equivalentes, desconsiderando as diferenças sociais e formativas que marcam seus percursos.

Sobre isso, Valle (2015) complementa os apontamentos de Dubet (2004) ao argumentar que a ampliação da oferta educacional, tal como tem ocorrido, não concretiza o princípio constitucional da igualdade de oportunidades, uma vez que se estrutura em um sistema fragmentado, hierarquizado e profundamente desigual. Os percursos escolares de crianças e jovens são atravessados por múltiplos condicionantes sociais, econômicos, territoriais e familiares, como a origem social, o nível de escolarização dos pais, o local de residência e as características da instituição e da modalidade de ensino frequentadas, como introduzido por Fávero Oliveira e Faria (2022).

Nesse contexto, a expansão do acesso tende a reforçar a lógica do mérito escolar, amplamente sustentada pelos recursos familiares, legitimando desigualdades e



naturalizando o sucesso como atributo individual. Ademais, trajetórias marcadas por reprovações, interrupções e exclusões revelam a complexa articulação de fatores pessoais, culturais e institucionais que configuram itinerários educacionais desiguais, os quais demandam análises relacionais por parte da pesquisa educacional (Valle, 2015).

Assim, o caráter excludente da lógica meritocrática desloca a explicação do fracasso escolar das desigualdades estruturais para a responsabilização individual dos estudantes. Tal processo produz efeitos simbólicos e subjetivos negativos, como a fragilização da autoestima e o afastamento da escola, contribuindo, assim, para a reprodução e o aprofundamento das desigualdades sociais (Dubet, 2004).

Valle (2015) analisa que a experiência universitária, por exemplo, envolve custos pessoais, familiares e emocionais significativamente distintos conforme a origem social dos estudantes. Para aqueles provenientes de camadas populares, a formação superior tende a ser interpretada como resultado de superação individual, conferindo reconhecimento simbólico no âmbito familiar e comunitário.

Em contraste, entre os jovens de origem social privilegiada, o ingresso e a conclusão da universidade costumam ser percebidos como desdobramentos esperados de estratégias familiares bem-sucedidas, que reafirmam capitais sociais, culturais e escolares herdados. Essa condição favorece uma vivência universitária mais confortável, marcada pela apropriação ampla das oportunidades acadêmicas, culturais e sociais, muitas vezes inacessíveis aos estudantes que conciliam trabalho e estudo, sobretudo em cursos noturnos ou instituições privadas. A autora destaca, ainda, a relevância da contribuição teórica de Pierre Bourdieu para a pesquisa educacional, ao evidenciar, por meio de conceitos e abordagens interdisciplinares, o papel da cultura escolar na reprodução das desigualdades sociais (Valle, 2015).

No que tange às avaliações educacionais, especificamente, elas são ancoradas em critérios meritocráticos, ao desconsiderarem as profundas desigualdades que atravessam os percursos formativos dos estudantes. Embora exista igualdade formal no acesso a exames como o Enem, por exemplo, as condições materiais, sociais e históricas de escolarização são marcadamente desiguais, especialmente entre alunos das redes pública e privada (Fávero; Oliveira; Faria, 2022).

Essas diferenças estruturais produzem, de modo previsível, desempenhos também desiguais, uma vez que estudantes da rede privada tendem a dispor de mais



tempo, recursos e apoio pedagógico, enquanto grande parte dos alunos da escola pública concilia estudo e trabalho, o que compromete suas possibilidades de dedicação aos estudos e de acesso a estratégias de preparação para os exames (Fávero; Oliveira; Faria, 2022).

Ainda no âmbito da avaliação, Sudbrack e Cocco (2012) destacam que ela constitui um elemento estruturante das práticas pedagógicas, podendo desempenhar papéis distintos, como o de regulação, controle ou emancipação, conforme a forma como é planejada, aplicada e, sobretudo, como seus resultados são analisados e transformados em intervenções pedagógicas.

Os autores também problematizam que a implementação de modelos educacionais marcados por forte competitividade tende a aprofundar desigualdades sociais, ao favorecer mecanismos de seleção e exclusão dos estudantes (Sudbrack; Cocco, 2012)

Sob essa ótica, um outro bom exemplo de prevalência da meritocracia diz respeito às olimpíadas. De fato, observa-se que tais competições, embora se apresentem sob a retórica da democratização do acesso e do reconhecimento de talentos, se sustentam em princípios meritocráticos, o que acaba por reforçar desigualdades e hierarquias simbólicas já existentes, além de difundir a noção de que a mobilidade social decorre unicamente do desempenho individual (Souza-Neto; Vilela; Farias, 2022).

MERITOCRACIA, RESPONSABILIZAÇÃO E EXCLUSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Segundo Pizolati e Alves (2021), as ações educacionais orientadas pela racionalidade neoliberal priorizam a competição, levando os sujeitos a internalizarem o autogoverno típico do neossujeito, no qual se valorizam a autonomia, o “aprender a aprender” e a capacidade de se adaptar e empreender em um mercado competitivo.

Citando Ball (2010)¹⁴, destacam que não apenas os indivíduos, mas também

¹⁴ BALL, S. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-58, mai./ago. 2010.



instituições como a escola são incorporadas à racionalidade neoliberal, por meio de micropráticas voltadas à competição e à busca constante pelo aperfeiçoamento e pelo desempenho (Ball, 2010 *apud* Pizolati; Alves, 2021).

Nesse sentido, como antecipado por Dubet (2004), a lógica meritocrática tende a individualizar o fracasso escolar, deslocando-o das desigualdades estruturais para a responsabilização dos estudantes, o que gera efeitos simbólicos e subjetivos negativos e contribui para a manutenção das desigualdades sociais.

Com isso, atualmente, o fracasso de uma pessoa é visto como culpa de suas próprias escolhas pessoais, e não mais como um resultado de desigualdades sociais, raciais ou biológicas. Nesse cenário de mercado competitivo (neoliberalismo), usa-se o argumento de que "biologicamente não somos iguais" para justificar por que uns vencem e outros perdem. Assim, as diferenças entre os indivíduos passam a ser vistas como algo natural, escondendo o peso das desigualdades sociais e incentivando a competição constante (Pizolati; Alves, 2021).

Quando as políticas de educação se baseiam apenas no mérito, elas acabam ignorando que nem todos começam do mesmo ponto. A verdadeira igualdade deveria garantir que todos tivessem o mesmo acesso, as mesmas condições de permanência na escola e as mesmas chances de sucesso (Alves, 2023).

A educação passou então a ser vista de forma utilitarista, ou seja, serve apenas como uma ferramenta prática para o mercado de trabalho. Isso aconteceu porque as ideias neoliberais transformaram o ensino em uma espécie de treinamento para a competição (Laval, 2016¹⁵ *apud* Pizolati; Alves, 2021).

Vale ressaltar que os impactos da meritocracia também são sentidos pelos docentes. Nesse modelo de ensino, os professores são sobrecarregados com novas cobranças e se veem obrigados a buscar cursos e especializações por conta própria. Caso não consigam se atualizar sozinhos, acabam travados na carreira ou até excluídos. Além disso, recai sobre eles a culpa quando a escola não vai bem. Somando-se a isso as péssimas estruturas de muitas escolas públicas, o trabalho do professor torna-se cada vez mais precário e desgastante (Vieira *et al.*, 2013).

¹⁵ LAVAL, C. Governar pela crise democrática [entrevista]. **Revista cult**, [UOL] n. 219, ano 19, p. 22-28, jun. 2016.



Assim, no mundo globalizado, a competição não é mais apenas entre empresas, mas entre as próprias pessoas. O objetivo agora é estar em constante autoaperfeiçoamento; quem não consegue "superar a si mesmo" corre o risco de ser excluído da sociedade e do mercado. Com isso, houve uma mudança de foco: se no século XX a preocupação era com o progresso do coletivo (da espécie), no século XXI o que importa é apenas a sobrevivência individual (do espécime) (Pizolati e Alves, 2021).

Para mudar essa realidade, é preciso repensar as políticas educacionais diretamente no dia a dia das escolas. O objetivo é criar uma justiça escolar verdadeira, que leve em conta quem é cada aluno e qual é a realidade da sua escola. O mérito não precisa ser um inimigo da justiça. O que é urgente é mudar a forma como ele é aplicado. Não podemos exigir o mesmo de todos sem considerar que os alunos são diferentes entre si: eles têm ritmos de trabalho distintos, pontos de partida desiguais e habilidades variadas (Ferreira; Alves; Palmeirão, 2023).

A solução está em personalizar o ensino. Isso significa reconhecer as diferenças sociais e culturais de cada estudante e usar estratégias diferentes dentro da sala de aula. Só assim cada aluno poderá evoluir no seu próprio tempo, garantindo que todos tenham chances reais de entrar no mercado de trabalho e exercer sua cidadania, desenvolvendo seu potencial ao máximo (Ferreira; Alves; Palmeirão, 2023).

DISCUSSÃO

A análise crítica do discurso meritocrático no campo educacional, à luz do referencial teórico mobilizado, evidencia que a noção de igualdade de oportunidades, frequentemente associada à meritocracia, opera mais como um princípio formal do que como uma condição efetivamente garantida nas trajetórias escolares. Conforme apontado por Young (1958), já em sua formulação original, a meritocracia se revela contraditória ao prometer justiça social enquanto legitima desigualdades profundas, ocultando os privilégios estruturais que condicionam os pontos de partida dos indivíduos.

No contexto educacional, essa contradição se expressa de maneira contundente quando o sucesso escolar passa a ser interpretado exclusivamente como resultado do



esforço individual, desconsiderando os condicionantes sociais, econômicos e culturais que atravessam os percursos dos estudantes. Tal dinâmica, como analisam Bourdieu e Passeron (1982), sustenta-se na crença de que os diplomas e os resultados escolares refletem méritos pessoais, quando, na realidade, reproduzem desigualdades previamente constituídas por meio da distribuição desigual dos capitais cultural, social e econômico.

Os achados discutidos neste artigo dialogam diretamente com as contribuições de Dubet (2004), ao evidenciar que a escola, ao se orientar pelo ideal da igualdade de oportunidades, tende a legitimar uma justiça apenas procedimental. Embora todos os estudantes sejam formalmente submetidos às mesmas regras, avaliações e critérios de desempenho, as condições reais de participação e de sucesso permanecem profundamente desiguais. Essa lógica produz a aparência de justiça, mas não enfrenta as assimetrias que estruturam os resultados educacionais.

A partir de uma leitura situada no cotidiano escolar, torna-se possível observar como a ideologia meritocrática se materializa em práticas que naturalizam o fracasso de determinados grupos e individualizam responsabilidades que são, em grande medida, coletivas e estruturais. Tal constatação converge com as análises de Valle (2015), ao demonstrar que trajetórias escolares e universitárias são atravessadas por custos pessoais, familiares e emocionais distintos, frequentemente invisibilizados pelo discurso do mérito. Enquanto para alguns o percurso educacional representa superação e resistência, para outros ele se apresenta como continuidade de estratégias familiares bem-sucedidas, ancoradas em privilégios historicamente acumulados.

Nesse sentido, a meritocracia não apenas legitima desigualdades, mas também produz efeitos simbólicos e subjetivos relevantes. Conforme argumenta Sandel (2022), o discurso meritocrático tende a gerar, de um lado, sujeitos que atribuem seu sucesso exclusivamente a si mesmos e, de outro, indivíduos marcados pela frustração, pela culpa e pelo ressentimento. No espaço escolar, esses efeitos se manifestam na fragilização da autoestima dos estudantes que não alcançam os resultados esperados, bem como no distanciamento progressivo da escola, contribuindo para processos de evasão e exclusão.

A discussão também evidencia que a incorporação da racionalidade neoliberal à educação intensifica esses processos. Como analisam Pizolati e Alves (2021), a lógica da



competição, do autogerenciamento e do desempenho permanente transforma a escola em um espaço de comparação constante, no qual estudantes e professores são responsabilizados individualmente pelos resultados alcançados. Tal perspectiva desconsidera as condições materiais e institucionais de trabalho docente e aprendizagem discente, reforçando processos de precarização e culpabilização.

No campo das avaliações educacionais e das políticas de ranqueamento, essa lógica se torna ainda mais evidente. Exames padronizados, olimpíadas do conhecimento e sistemas de bonificação baseados em metas, embora apresentados sob o discurso da neutralidade e da justiça, operam como mecanismos de seleção que favorecem aqueles que dispõem de maiores recursos e apoio pedagógico, conforme destacam Fávero, Oliveira e Faria (2022) e Souza-Neto, Vilela e Farias (2022). Assim, a meritocracia atua como um dispositivo de regulação e controle, mais do que como promotora de equidade.

Ao se posicionar criticamente diante desse cenário, este artigo reafirma que reconhecer as desigualdades estruturais não implica negar a importância do empenho individual ou das dimensões subjetivas do processo educativo. Trata-se, antes, de compreender que o mérito, quando descolado das condições concretas de vida e escolarização, converte-se em um instrumento de legitimação das desigualdades e de silenciamento das injustiças sociais. Como defendem Ferreira, Alves e Palmeirão (2023), uma educação comprometida com a justiça social exige práticas pedagógicas que considerem os diferentes pontos de partida, ritmos e contextos dos estudantes.

Desse modo, a crítica à meritocracia, tal como desenvolvida neste estudo, não se limita à negação do mérito em si, mas aponta para a necessidade de ressignificá-lo à luz de uma perspectiva democrática, inclusiva e emancipatória. Ao tornar visíveis as tensões entre discurso e prática, entre igualdade formal e desigualdade real, busca-se contribuir para o debate educacional contemporâneo, reafirmando o papel da escola como espaço de formação humana, e não apenas de seleção e competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente artigo teve como objetivo analisar criticamente o discurso meritocrático no campo educacional, problematizando a ideia de igualdade de oportunidades que o sustenta e evidenciando seus limites diante das profundas desigualdades estruturais que atravessam os sistemas de ensino, especialmente no contexto brasileiro. À luz do referencial teórico mobilizado, foi possível compreender que a meritocracia, embora se apresente como princípio de justiça e neutralidade, opera, na prática, como um mecanismo ideológico de legitimação das desigualdades sociais.

As análises desenvolvidas indicam que a valorização do mérito individual, quando descolada das condições materiais, históricas e sociais dos sujeitos, contribui para a naturalização do sucesso e do fracasso escolar, deslocando a responsabilidade das desigualdades educacionais para os indivíduos. Tal lógica, amplamente difundida nas políticas educacionais contemporâneas, nas práticas avaliativas e no cotidiano das escolas, reforça processos de responsabilização, exclusão e hierarquização simbólica, conforme apontado pelos autores discutidos ao longo do texto.

Nesse sentido, evidencia-se que a ampliação do acesso à educação, embora constitua um avanço importante, não é suficiente para assegurar justiça educacional. A igualdade formal de oportunidades não se traduz, automaticamente, em igualdade de condições de permanência, aprendizagem e sucesso escolar. Ao contrário, quando sustentada por uma lógica meritocrática, tende a ocultar os privilégios de determinados grupos sociais e a reforçar trajetórias desiguais, legitimadas pelo discurso do esforço individual.

Ao problematizar a meritocracia no interior da escola, este estudo reafirma a necessidade de compreender a educação como prática social situada, atravessada por relações de poder, por desigualdades estruturais e por disputas de sentido. Tal compreensão implica reconhecer que os percursos escolares não são resultado exclusivo de escolhas individuais, mas de uma complexa articulação entre fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais. Tornar visíveis essas determinações constitui um passo fundamental para o enfrentamento das injustiças educacionais.

Por fim, este artigo defende que a crítica à meritocracia não implica a negação do valor do esforço ou do compromisso individual, mas aponta para a urgência de ressignificar tais noções a partir de uma perspectiva comprometida com a equidade, a



justiça social e a formação humana integral. Repensar as políticas educacionais, as práticas avaliativas e as dinâmicas escolares à luz das desigualdades concretas que marcam os sujeitos e os territórios é condição indispensável para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, capaz de reconhecer as diferenças e de garantir condições reais de aprendizagem e participação para todos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T.; MORETTI, C. Z. A meritocracia e os desafios para uma educação libertadora. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 20, p. 1–19, 2025.
- ALVES, J. M. **Aprender a curar as feridas da injustiça**. Público, 29 jan. 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/01/29/opiniao/opiniao/aprender-curar-feridas-injustica-2036494>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 123, p. 539-555, set/dez, 2004.
- FÁVERO, A. A.; OLIVEIRA, J. C.; FARIA, T. L. de. Crítica as “medições” em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022024, 2022.
- FERREIRA, M. R.; ALVES, J. M.; PALMEIRÃO, C. Meritocracia, excelência e exclusão escolar: Uma scoping review. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10250, 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCHI, S.; RUFATO, F. D. O conceito de obutchenie frente a meritocracia capitalista na educação paranaense: um estudo à luz da teoria histórico-cultural. **Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, [S. l.], v. 9, n. Contínua, p. e2025–02, 2025.
- MAZZA, M. G.; MARI, C. L. D. Meritocracia: origens do termo e desdobramentos no sistema educacional do Reino Unido. **Pro-Posições**, v. 32, p. 1-22, e20190063, 2021.



PIZOLATI, A. R. Da C.; ALVES, A. Responsabilização, meritocracia e desfiliação social no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 58, p. e11137, 2021.

SANDEL, M. J. **A tirania do mérito**. O que aconteceu com o bem comum?. Tradução: Bhuvi Libanio. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SANTOS, C. A. dos. Meritocracia e individualismo no acesso ao ensino superior brasileiro no início do século XXI. **Notandum**, n. 61, p. e69849, 1 nov. 2023.

SOARES, K. S; BACZINSKI, V. M. A Meritocracia na Educação Escolar Brasileira. **Revista Temas & Matizes**, v. 12, n. 22, p. 36-50, 2018.

SOUZA NETO, J. A. de; VILELA, D. S.; FARIAS, J. V. de. Estratégias de Consagração e de Valorização da Matemática por meio da OBMEP. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 36, n. 73, p. 650–675, maio 2022

SUDBRACK, E. M.; COCCO, E. M. OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES À QUALIDADE EDUCATIVA. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 12, p. 7-32, jul./Dez. 2012.

VALLE, I. R. Da meritocracia escolar financiada pela família à meritocracia escolar promovida pelo estado: a igualdade de oportunidades progride a passo. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 8, n. 15, p. 121–131, 2015.

VALLE, I. R.; RUSCHEL, E. Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): uma inspiração meritocrática. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, p. 73-92, 2010.

VIEIRA, C. M.; BORGES, K. P.; GONZAGA, L. P.; OLIVEIRA, N. D. G. L. de. REFLEXÕES SOBRE A MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Reflexão e Ação**, [S. l.], p. 315–334, 2013.

YOUNG, M. **The rise of the meritocracy**. Baltimore: Pinguin, 1958.